

ENSAIO SOBRE UMA PEDAGOGIA DA DEFICIÊNCIA: NOVOS OLHARES PARA SE PENSAR A EDUCAÇÃO

Ana Júlia Barbosa Cremasco

aj.cremasco@unesp.br

Alonso Bezerra de Carvalho

alonso.carvalho@unesp.br

Introdução

As discussões sobre uma educação realmente mais inclusiva, que parta da perspectiva da Educação Especial e Inclusiva e vá além dela, têm ganhado cada vez maior amplitude desde que a luta por esses direitos passou a ser pauta de eventos internacionais importantes, como a Conferência da UNESCO, em 1960 - a qual buscava “assegurar a todos o respeito universal dos direitos dos homens e oportunidades iguais de educação” (UNESCO, 1960, p. 91 apud Carlos, Perdigão, Vecchio, 2019).

Da mesma forma como a Declaração de Salamanca, idealizada e assinada na Espanha em 1994, declarou que era dever da escola se adaptar à necessidade de todas as crianças, sendo, portanto, inclusiva, a Constituição Federal de 1988, já havia ditado o Estado como o responsável pela garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores¹²⁷ de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Carlos, Perdigão, Vecchio, 2019). Em seguida, no ano de 1996, foi-se criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, na qual a Educação Especial foi assegurada como uma

Modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos que por possuírem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas e adaptadas para que possam apropriar-se dos conhecimentos oferecidos pela escola (Shimazaki, p.1).

Isto posto, podemos perceber que no decorrer da luta pelos direitos das pessoas deficias¹²⁸, a concepção de deficiência antes aceita socialmente chamada de “Modelo

¹²⁷ Termo ultrapassado. Atualmente, a terminologia oficial proposta pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146 de 6 de junho de 2015, é “pessoa com deficiência” ou “PCD”.

¹²⁸ “Defiça” vem da tradução do inglês “Disability Justice” (Justiça Defiça). Logo, “defiça” foi utilizado como uma aproximação do significado desta perspectiva teórica e de luta. Este termo vem sendo cada vez mais utilizado no Brasil - para se referir a “ativistas defiças”, por exemplo- e, acredita-se que seu significado possa ser ampliado. Saber mais em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3pqSSmfdYZyYzmcBw58hv/?format=pdf&lang=pt>.

Além disso, o termo tem ganhado um sentido maior de identidade ou autoidentificação e, portanto, quebra com ideia de “adjetivação e torna-se um substantivo, reforçando a identificação com um marcador da diferença positivado” (Mello, Aydos, Schuch, p. 8, 2022).

Médico”, o qual colocava o indivíduo como total responsável pela “deficiência”, foi superada pelo “Modelo Social da Deficiência”, que teve início com o sociólogo Paul Hunt (1937-1979). Hunt, foi um ativista defensor dos direitos das pessoas em situação com deficiência e, também, um dos pioneiros da articulação política de pessoas em situação de deficiência na Inglaterra, cujas manifestações ficaram conhecidas posteriormente como “movimento das pessoas com deficiência”. Assim, surgiu a UPIAS (*The Union of the Physically Impaired Against Segregation*), uma “entidade responsável pela concepção de deficiência como um fenômeno de natureza social”. (França, 2013).

A UPIAS, reelabora os conceitos de “lesão” (*impairment*) e “deficiência” (*disability*), onde “lesão” seria uma adversidade física, enquanto a “deficiência”, seria a maneira como as pessoas que se encontram nesta situação são vistas e tratadas pela sociedade. Em vista disso, podemos dizer que o Modelo Social da Deficiência é uma perspectiva que se coloca totalmente contra a ideia neoliberal de normalização ou padronização, cujo objetivo é nos fazer acreditar que precisamos nos encaixar em um modelo padrão para sermos totalmente aceitos pela sociedade da qual fazemos parte.

[...] o “modelo social” buscou circunscrever nas relações sociais os aspectos que oprimiam as pessoas com deficiência, e não tomá-la enquanto uma característica ou manifestação individual de um dado natural ou biológico nos corpos. Essa perspectiva explicitava os modos pelos quais a estrutura social transforma um “corpo lesionado” (do indivíduo) em um “corpo discapacitado” (pela estrutura social) devido às barreiras do ambiente [...] (Mello, Aydos, Schuch, p. 3, 2022).

É a partir desse “Modelo Social” que discussões mais recentes têm levantado o “Modelo Biopsicossocial” como uma teoria mais adequada, pois, nela são consideradas as especificidades singulares do indivíduo, assim como as barreiras que limitam sua participação ativa na sociedade. Em outras palavras, o modelo biopsicossocial respeita o lado biológico e social da deficiência, pois não deposita responsabilidade alguma ao indivíduo que faz parte da comunidade deficiente, mas compreende suas necessidades específicas, enxergando um potencial transformador nelas, pois é a sociedade que deve ser adaptada às estas necessidades, não o sujeito.

Considerando este breve histórico sobre a conceitualização de “deficiência” e do reconhecimento dos direitos das pessoas deficientes à uma educação digna e de qualidade, este ensaio busca levantar reflexões sobre como a deficiência, enquanto potência transformadora pode contribuir para novas formas de se enxergar os educandos enquanto sujeitos singulares e contextuais, os quais vão muito além da imagem de

“aluno” que temos dentro da escola. Busca-se assim, ressaltar a importância de se repensar o ambiente escolar, destacando a presença de alunos e funcionários deficiências dentro da escola.

A dissertação de mestrado da qual este resumo foi baseado encontra-se em andamento e, a metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico nas áreas da deficiência, educação inclusiva, sociologia, filosofia e antropologia, buscando autores como Anahí Guedes de Mello, Marivete Gesser, Paulo Freire e Emmanuel Lévinas como embasamento teórico. Além do levantamento e análise das políticas públicas e educacionais que garantem o direito à educação inclusiva no Brasil.

Resultados e discussões

Podemos perceber muitas pesquisas nas áreas da Sociologia, Filosofia e Antropologia, realizadas a partir da leitura dos livros de Paulo Freire sobre educação, sempre evidenciando as questões de gênero, classe e etnia, mas pouco se fala nas Ciências Sociais e Humanas sobre capacitismo, anticapacitismo, deficiência, acessibilidade e Educação Inclusiva. Normalmente, estes são temas mais especificamente tratados pela área da Educação Especial no curso de Pedagogia.

Considero isso como uma falta muito grande na formação acadêmica de um cientista social ou filósofo que queira seguir na licenciatura, quanto daquele que opta pelo bacharelado, pois, muito se pode avançar a partir de estudos sobre a deficiência, não apenas na área da educação, mas em todos os âmbitos da nossa vida, público e privado. Também sinto que as Ciências Humanas poderiam contribuir muito para as discussões na área, trazer novas perspectivas que nos possibilitasse pensar a vivência dos alunos dentro e fora da escola, enxergando-o em toda sua complexidade, respeitando-o e, formando-o para ser um transformador da sociedade que não se contente com as amarras impostas pela ideologia neoliberal que se encontra cada vez mais devastadora e desumana.

Não seria a “deficiência” transformadora e revolucionária em si mesma ao não se encaixar ou se limitar pelos padrões impostos pelo capitalismo, sempre causando curiosidade e indagação ao mostrar que existem muitos outros caminhos possíveis a serem seguidos? Isso se torna evidente quando descobrimos que o telefone foi inventado por Alexander Graham Bell, inicialmente, com o intuito de ajudar sua esposa que era surda e, que Pellegrino Turri inventou uma máquina de escrever em 1808 para a

condessa italiana Carolina Fantoni que acabou perdendo a visão pudesse se comunicar através de cartas (Mello, Aydos, Schuch, 2022; Ministério Público do Paraná, 2022).

Ou seja, a deficiência é movimento, é transformação. Como dito nos exemplos citados acima, a “deficiência” instiga e motiva a mudança. Ela inspira novas possibilidades, novas formas de se pensar. Ao olharmos para a escola não podemos nos esquecer de considerar as deficiências, pois assim como diversas categorias perpassam cada um dos alunos presentes na escola, a deficiência também faz parte da realidade de muitos, mais precisamente de 1.771.430¹²⁹ de alunos matriculados na educação especial - em sua maioria, matriculados em escolas de ensino regular -, segundo o Censo Escolar de 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no início do ano passado. Evidenciando um aumento de matrículas de 41,6% entre os anos de 2019 e 2023.

Nas palavras de Mello, Aydos e Schuch (p. 8, 2022),

[...] a deficiência é uma categoria analítica, êmica, relacional, política, moral, identitária, de saúde, de mediação e de performance. Ora é um marcador social de diferença, ora uma forma de opressão ou de desigualdade que opera com outras categorias sociais como classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, geração, idade, religião, nacionalidade e regionalidade, por exemplo.

Portanto, olhar para “deficiência” enquanto uma potência transformadora e não como algo negativo ao enxergar os alunos, alunas e alunes dentro da sala de aula. Será aprendendo com eles que seremos capazes de desenvolver novas pedagogias que realmente possam tocar não somente os que se identificam como parte da comunidade deficiente, mas todos os alunos. Pois, será por meio deles e com eles que conseguiremos realmente enxergar as singularidades presentes em cada aluno, criando uma pedagogia mais ética e humana.

Considerações finais

A educação é *vida* e, portanto, movimento. Não nos cabe estagnar em um projeto de educação neoliberal que prioriza uma educação bancária e seletiva, atualmente, em decadência devido às decisões tomadas - não tão recentemente - com relação ao currículo da educação básica pública, extinguindo do aluno sua singularidade, contexto e desenvolvimento crítico e, do professor, sua vocação, sua formação continuada e

¹²⁹ Informação retirada do site oficial do Governo Federal: [Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão — Ministério da Educação](#).

energia. De ambos, são cada vez mais tirados sua humanidade e vitalidade. Como já dizia Paulo Freire (p. 30, 2024):

Ao ser produzido o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estados abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente.

Há bastante tempo, estamos vivenciando uma forma de “educar” que precisa mais do que nunca ser superada e, para tal, acredito que estudos sobre a “deficiência” feitos por pesquisadores das áreas de humanidades, juntamente com os profissionais da rede (professores e toda a organização escolar) são essenciais para o desenvolvimento de novas formas de se pensar a educação, buscando alcançar uma formação mais ética e humana.

Quando me refiro a estes pesquisadores e profissionais da rede, certamente, faço menção às pessoas deficias e não deficias, pois não existe pesquisa, muito menos avanços, sem incluir pessoas da comunidade deficias para se pensar novos caminhos que também as afetam diretamente.

Além disso, acho importante destacar o tamanho do abismo que existe entre a Academia, o Estado e a escola. O conteúdo produzido dentro da academia, além de raramente chegar ao chão da escola, muitas vezes não faz jus à realidade vivida dentro do ambiente escolar e, assim, a Teoria-Prática não se realiza. Paulo Freire fala sobre um *pensar certo*, que pode ser entendido como agir conforme suas palavras, ou seja, “quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. **Pensar certo é fazer certo**” (Freire, p. 35, 2024, grifo nosso). *Pensar certo* é ação, “não é *quefazer* de quem se isola, de quem se ‘aconchega’ a si mesmo na solidão, mas **um ato comunicante**” (Freire, p. 38, 2024, grifo nosso).

Acredito que ambas as citações do autor se relacionam com o que foi exposto mais acima e as interpreto como: o conhecimento científico pensado para a educação - neste caso - não deveria, em sua maioria, apenas ser produzido para a própria academia, ele deveria ir além, deveria chegar dentro da sala de aula na escola, deveria fazer parte da formação de docentes e acompanhar esses formandos em sua prática na escola. Em sua, a educação se faz na relação com o outro, na relação *educador e educando*.

Por isso, é essencial que voltemos nossa atenção às possibilidades que a “deficiência” pode nos proporcionar como uma categoria interseccional que transpassa os alunos e que tem muito a contribuir para a educação. Pedagogias mais humanas e éticas, pensadas para os alunos, enxergando-os enquanto sujeitos únicos, repletos de

diversidade e história, nunca se fez tão urgente quanto a realidade que enfrentamos atualmente: onde se busca substituir relações humanas por tecnologia.

Referências

CASTRO, A. M. De.; PERDIGÃO, D. De. O.; VECCHIO, M. L. Análise Das Políticas Públicas de Inclusão na Educação Infantil a Partir da Declaração de Salamanca e LDB. *In*: GUILHERME, W. D. (org.). **Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas**. Atena Editora, p. 28-34, 2019. DOI 10.22533/[at.ed.3131925064](https://doi.org/10.22533/at.ed.3131925064).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 79. 2024.

MELLO, A. G. de; AYDOS, V.; SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 64, p. 7-29, 2022.